

# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 696/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019

<b>OBJETO</b>	Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro (Câmera IP Dome 2 mp 1080p 4mm DS-2CD2020F-I)
---------------	--

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<u>449052/24</u> – Equipamentos e Material Permanente / Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro
-----------------------------	--





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo



0000002019696

Número do Processo

696/2019

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Departamento de Origem

PROTOCOLO

Interessado

LIVIO ASSIS COSTA

Assunto

SOLICITAÇÃO

Data/Hora

18/06/2019 10:57

Descrição

Solicitação de compras de uma câmera IP Dome 2mp 1080p 4mm DS-2CD2020F-I Hikvision 30 metros, para substituir câmera danificada por curto elétrico, situada na lateral esquerda traseira do edifício da câmara Municipal de Jataí.

Resp. Autuação

KEYNER PEREIRA MARTINS

Previsão

Processo Agupador

Nr. Doc

Valor

R\$ 0,00





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELEFONIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

### SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Sra. Chefe do Departamento de Compras,  
Dulcilene Lourenco de Oliveira Freire

Solicito a compra de uma Câmera IP Dome 2mp 1080p 4mm DS-2CD2020F-I Hikvision 30 metros, para substituir câmera danificada por curto elétrico, situada na lateral esquerda trazeira do edifício da Câmara Municipal de Jataí - GO.

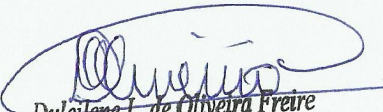
Jataí, 18 de maio de 2019.

Lívio de Assis Costa  
Chefe de Proc. Dados e Informática

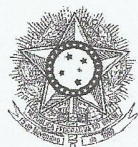


	Câmera IP Dome							
	Estimativa de Custo							
ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QTD.	EMPRESAS			Média valor Unit.	Valor total estimado
				Steffen	Magazine Luiza	Americanas		
				3631.6580 – Claudete	Internet	Internet		
1	Câmera IP Dome 2mp 1080p 4mm DS-2CD2020F-I	UNID.	1	R\$ 980,00	R\$ 1.121,54	R\$ 1.037,13	R\$ 1.046,22	R\$ 1.046,22
							Estimado:	R\$ 1.046,22

Jataí, 18 de junho de 2019

  
 Dulciane L. de Oliveira Freire  
 Chefe do Deptº de Compras





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: R F DE REZENDE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 21.373.407/0001-34

Certidão nº: 174400639/2019

Expedição: 19/06/2019, às 16:43:11

Validade: 15/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e      q u e      R      F      D E      R E Z E N D E  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
21.373.407/0001-34, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 21.373.407/0001-34  
**Razão Social:** ROGERIO FLAVIO DE REZENDE 71174729104  
**Endereço:** AV ARAGUAIA / 780 / VILA DAS PALMEIRAS JATAI - GO

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/06/2019 a 04/07/2019

**Certificação Número:** 2019060504484283540344

Informação obtida em 19/06/2019 16:42:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





**ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

**NR. CERTIDÃO: Nº 22176032**

**IDENTIFICAÇÃO:**

---

**NOME:**

**R F DE REZENDE**

**CNPJ**

**21.373.407/0001-34**

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

---

**NAO CONSTA DEBITO**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**FUNDAMENTO LEGAL:**

---

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

**SEGURANÇA:**

---

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.522.567.360**

**EMITIDA VIA INTERNET**

**SGTI-SEFAZ:**

**LOCAL E DATA: GOIANIA, 19 JUNHO DE 2019**

**HORA: 16:39:50:2**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>21.373.407/0001-34</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>10/11/2014</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>R F DE REZENDE</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>STAFFEN ASSESSORIA EM SEGURANCA</b>				PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação</b> <b>80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico</b> <b>95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos</b> <b>95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>					
LOGRADOURO <b>R RUI BARBOSA</b>		NÚMERO <b>1009</b>		COMPLEMENTO <b>QUADRA002A LOTE 000H</b>	
CEP <b>75.800-058</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>		MUNICÍPIO <b>JATAI</b>		UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>NOBREASSESSORIA12@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(64) 3631-0188</b>			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>10/11/2014</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/06/2019** às **16:35:51** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Memorando: 029/2019

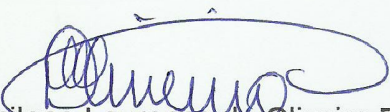
Do: Departamento de Compras

Para: Contabilidade/Tesouraria

## ENCAMINHAMENTO

Encaminho ao Departamento de Contabilidade/Tesouraria solicitação para expedição de certidão com dotação e reserva de saldo orçamentária para a contratação de empresa para Fornecimento de Câmera para parte Externa da Câmara (Equipamento de Proteção e Segurança), no valor médio estimado de: **R\$ 980,00** ( Novecentos e oitenta reais), para a Câmara Municipal de Jataí, desde já agradecemos.

Câmara Municipal de Jataí, 18 de junho de 2019

  
Dulcilene Lourenço de Oliveira Freire  
Departamento de Compras

Recebido em: 18 / 06 / 19 horas: \_\_\_\_\_

Assinatura: Emília \_\_\_\_\_





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

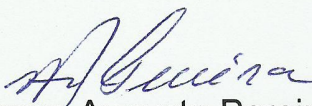
## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **449052 / 24 Equipamentos e Material Permanente / Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro**, suficiente para ocorrer este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

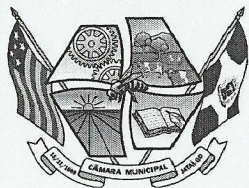
**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor aproximado de 1.000,00 (um mil reais) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 18 de junho de 2019.

  
Adonae Augusto Pereira  
TC CRC GO 2210/0-4

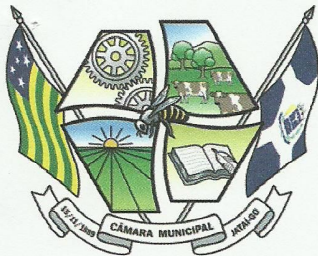




PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos  
COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 18/06/2019 ATÉ 19/06/2019

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
01	CAMARA MUNICIPAL												
01	CAMARA MUNICIPAL												
01	LEGISLATIVA												
01.031	Acao Legislativa												
01.031.0139	PROCESSO LEGISLATIVO												
1001	OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICIPAL												
0001.4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes	218.196,31		-200.000,00	18.196,31			18.196,31					
0002.4.4.90.52.00	Equipamentos e Materiais Permanentes	603.360,24		-200.000,00	403.360,24		23.106,71	380.253,53		23.106,71		23.106,71	
06	Aparelhos e Equipamentos de Comunicacao						989,00			989,00		989,00	
24	Equipamentos de Protecao, Seguranca e Socorro						5.480,00			5.480,00		5.480,00	
34	Maquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos						855,00			855,00		855,00	
35	Equipamentos de Processamento de Dados						11.392,71			11.392,71		11.392,71	
42	Mobiliario em Geral						2.790,00			2.790,00		2.790,00	
51	Pecas nao Incorporaveis a Imoveis						1.600,00			1.600,00		1.600,00	
0003.4.4.90.61.00	Aquisicao de Imoveis												
0004.4.4.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores												
	SOMA - OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICI	821.556,55		-400.000,00	421.556,55		23.106,71	398.449,84		23.106,71		23.106,71	
2001	MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL												
0005.3.1.90.04.00	Contratacao por Tempo Determinado	9.486,80			9.486,80			9.486,80					
0006.3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.785.818,60			10.785.818,60		4.861.586,14	5.924.232,46		4.860.016,48	729.165,82	4.860.016,48	1.569,66
03	Pessoal Cargo Efetivo (Vinculado ao RPPS), exclu						1.618.899,14			1.618.899,14	248.362,90	1.618.899,14	
05	Pessoal Cargo Comissionado, exclusive FUNDEB						2.595.099,72			2.593.530,06	386.118,12	2.593.530,06	1.569,66
06	Subsídio Vereador						583.723,48			583.723,48	85.216,32	583.723,48	
10	Subsídio Presidente da Câmara						63.863,80			63.863,80	9.468,48	63.863,80	
0007.3.1.90.16.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	18.973,59			18.973,59			18.973,59					
0008.3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Cont												
0009.3.1.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores	948,68			948,68			948,68					
0010.3.3.90.14.00	Diarias - Civil	137.558,55			137.558,55	950,00	41.250,00	96.308,55	950,00	41.250,00		40.300,00	950,00
0011.3.3.90.30.00	Material de Consumo	512.287,00			512.287,00		348.859,76	163.427,24	340,00	156.281,88		154.372,06	194.487,70
01	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos						128.976,49			35.882,04		35.882,04	93.094,45
04	Gas Engarrafado						420,00			420,00		420,00	
07	Generos de Alimentacao						45.452,40			14.359,69		14.359,69	31.092,71
11	Material Quimico						586,00			586,00		586,00	
15	Material para Festividades e Homenagens						10.490,00		340,00	1.880,00		1.540,00	8.950,00
16	Material de Expediente						51.370,76			13.206,99		11.637,17	39.733,59





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

1

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

**“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido**

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexistência de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*"Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea "a", referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*"Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

4

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 696/2019 , que objetiva a contratação de empresa R F DE REZENDE, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 18/06/2019





**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**  
**PRACA DA BANDEIRA S/N - CENTRO**  
**JATAI - GOIÁS**  
**CGC 24.858.805/0001-39**

**REQUISIÇÃO**

**001034/19**

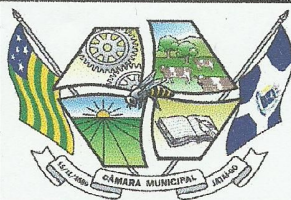
**Página 1**

**REQUISIÇÃO DE PRODUTOS / SERVIÇOS**

**FINALIDADEP/ SUBSTITUIR CÂMERA DANIFICADA POR CURTO ELÉTRICO- INSTALADA NO PRÉDIO DA CÂMARA**

REPARTIÇÃO DO REQUISITANTE	NOME DO REQUISITANTE	CÓDIGO	DATA	QTDE	PROD.	PRODUTO / SERVIÇO REQUISITADO	UNDIDADE	STATUS
ALMOXARIFADO	ELIENE MARTINS FERREIRA		18/06/2019	1	2085	002085-CÂMERA IP DOME 2MP 1080P 4MM DS-2CD2020F-1 - 30MTS	PÇ	Pendente





CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
PRACA DA BANDEIRA S/N - CENTRO  
JATAI - GOIÁS  
CNPJ: 24.858.805/0001-39

Página 1 / 1

**ORDEM DE FORNECIMENTO**

**00293/19**

**Razão Social :** R F DE REZENDE - C.N.P.J. : 21.373.407/0001-34

**Nome Fantasia :** STAFFEN ASSESSORIA EM SEGURANÇA (41197)

**Endereço :** RUA RUI BARBOSA, Nº 1009, QD. 002A LT. 00H - - CENTRO - JATAI

**Natureza :** EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

**Processo :** 696 **Ano :** 2019

**Dotação Autorizada:**

**Autorizamos a Entrega dos Materiais abaixo especificados**

Código	Item	Qtde	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unt.	Valor Total
2085	1	1	PÇ	CÂMERA IP DOME 2MP 1080P 4MM DS-2CD2020F-1 - 30MTS	980.00	980.00
					<b>Outros(+)</b>	<b>0,00</b>
					<b>Descontos(-)</b>	<b>0,00</b>
					<b>Valor Total do Fornecimento</b>	<b>980,00</b>

**Valor por Extenso**

novecientos e oitenta reais

Cond. Pagamento	Prazo de Entrega	Data	Destino
		18/06/2019	DEPARTº. DE INFORMÁTICA

**Centro de Custo**

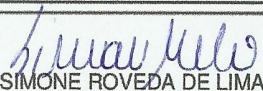
131-CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

131-MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES

**Observações**

AQUISIÇÃO DE CÂMERA PARA PARTE EXTERNA DA CÂMARA - REPOSIÇÃO

  
DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE  
CHEFE DO DEPTº DE COMPRAS

  
SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO  
CONTROLADORA INTERNA

A mercadoria deverá ser acompanhada de Nota Fiscal.

Emitido por: DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE/ Impresso por: DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE

**EMPENHADA**





- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

**Câmara Municipal de Jataí**  
O Poder Que Vem do Povo  
Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO Nº DECRETO: 0000042015

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.	1.2 - DOCUMENTO	1.3 - FONTE DE RECURSOS	1.4 - NÚMERO						
5517	NOTAS DE EMPENHO	Recursos Ordinários / Recursos que não se enqu	-1						
1.5 - DATA DE EMISSÃO	1.6 - NÚMERO DO PROCESSO	1.7 - TIPO	1.8 - FICHA	1.9 - SALDO ANTERIOR					
18/06/2019	0000696/19	ESTIMATIVO	0002.000						
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR
2019	01	01	01	0139	031	1.001	4.4.90.52.24	100.0	980,00
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL
CAMARA MUNICIPAL									
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									
OBRAS,INSTAL.EQUIP.CAMARA MUNICIPAL									

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME	2.1 - CPF OU CNPJ	
R F DE REZENDE	21.373.407/0001-34	
2.3 - ENDEREÇO	2.4 - MUNICÍPIO	2.5 - UF
RUA RUI BARBOSA, Nº 1009, QD. 002A LT. 00H -	JATAÍ	GO

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO EMITIDO PARA OCORRER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE UMA CAMERA PARA SUBSTITUIÇÃO DE UMA ESTRAGADA NA PARTE EXTERNA DO PREDIO DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(NOVECENTOS E OITENTA REAIS)	980,00

KÁTIA APARECIDA MARTINS DE CARVALHO

ADONAE AUGUSTO PEREIRA

Praça da Bandeira, 98 - Centro - Jataí - GO - CEP: 76300-000 - Jataí-GO

Site: [www.camarajatai.go.gov.br](http://www.camarajatai.go.gov.br)

e-mail: [camarajatai@camarajatai.go.gov.br](mailto:camarajatai@camarajatai.go.gov.br)

"Tabagismo, Alcool e Drogas são prejudiciais a saúde".